

Os mortos não se calam: a vida cosmopolítica dos mortos *Kaiowá e Guarani* em retomadas de terra em Mato Grosso do Sul¹

Arthur Paiva Octaviano²

Resumo

Este trabalho tem por objetivo descrever a aliança dos Kaiowá e Guarani com os mortos durante processos de retomada na região sul de Mato Grosso do Sul. A análise etnográfica é feita a partir de dois casos, em uma ordem não-linear e digressiva, através de relatos colhidos pelo pesquisador junto aos Kaiowá e Guarani que expõe a realidade agonística marcada por diversas violações cotidianas às quais estão submetidos os Kaiowá e os Guarani. O primeiro caso trata do episódio que ficou marcado na memória dos indígenas como “Massacre de Guapoy”, uma operação de reintegração de posse que mobilizou um forte expediente policial com o intuito de expulsar os Kaiowá e Guarani da retomada Guapoy Mirin Tujury, área sobreposta pela Fazenda Borda da Mata, na cidade de Amambai (MS), em junho de 2022. A operação produziu um excedente de traumas na comunidade e resultou na execução do indígena Vitor Fernandes, de 42 anos. O segundo caso, por sua vez, refere-se ao “Massacre de Caarapó”, uma ação letal realizada por milícias contratadas por produtores rurais contra indígenas que retomavam o território numa área sobreposta pela Fazenda Ivu, em Caarapó (MS). O ataque sucedeu na morte de Clodiodi Aquileu Souza, agente de saúde indígena, que na época tinha 26 anos. Em ambos os casos, os mortos figuram como motores da ação política Kaiowá e Guarani durante estes processos, uma vez que, ainda que mortos, continuam perpetuando a luta dos indígenas por reaver seus *tekoha* – territórios de onde foram expulsos. A partir da noção provisória de “vida cosmopolítica dos mortos” pretendo descrever parcialmente as relações de aliança que os Kaiowa e Guarani têm estabelecido com seus mortos como forma de reivindicar seus direitos territoriais.

Palavras-chave: Morte; Kaiowá e Guarani; Direitos Humanos; Corpo; Território

¹ Dedico este trabalho a todos os Kaiowá e Guarani, vivos e mortos, que continuam sonhando o *tekoha* por vir;

² Doutorando em Antropologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGAS/UFSC), mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGAnt/UFGD) e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Foi consultor na Sala de Situação de monitoramento de conflitos fundiários indígenas do Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos Fundiários Indígenas (DEMED) do Ministério dos Povos Indígenas (MPI). Membro do Laboratório Universitário de Antropologia, Política, Direitos, Conflitos e Antropologia (LUPA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e do Mundéu: Laboratório de Antropologia, Etnografia e suas Variações da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Acompanha a luta dos Kaiowá e Guarani desde 2018.

Introdução: Abrindo a cova, contando os mortos e rememorando os massacres

*Eu sou uma pessoa marcada para morrer, mas por uma causa
justa a gente morre*

Marçal de Souza Tupã'i (1920 -1983)

No dia 27 de março de 2026, a Comissão de Anistia concedeu perdão à Marçal de Souza Tupã'y. Marçal foi uma antiga liderança Guarani assassinada por fazendeiros no ano de 1983 na região da grande Dourados. Documentos reunidos pelo historiador brasileiro Marcelo Zelic, sistematizados por Rubens Valente (2017)³, comprovam que Marçal além de alvo de produtores rurais, havia sido constantemente vigiado e tido como subversivo pelos aparatos de controle do então Estado militar durante o período ditatorial em razão de sua intensa atividade política.

A atuação de Marçal de Souza serviu para a visibilização internacional atinente às violações às quais os povos Kaiowá e Guarani foram subsumidos. Um dos exemplos das ações realizadas por Marçal foi sua ao papa João Paulo II, em 1980, na cidade de Manaus (AM), em uma fala denunciando a violência do agronegócio, a invasão de terras indígenas e a cumplicidade do Estado militar no genocídio contra os povos indígenas. Além disso, foi Marçal o primeiro indígena a discursar na Organização das Nações Unidas (ONU), alertando a trágica situação dos povos indígenas em Mato Grosso do Sul. Sua morte teve ampla repercussão e é rememorada tanto pelos Kaiowá e Guarani quanto por indigenistas e aliados políticos até os dias de hoje.

No laudo necroscópico de Marçal consta que ele fora executado em sua casa na aldeia Campestre, no município de Antônio João (MS), com cinco tiros, sendo um deles disparado em sua boca (Johnson; Becker, 2023), o que pode ser interpretado como uma tentativa de calar sua voz para sempre. Ao longo de sua vida, Marçal de Souza estabeleceu uma profunda relação de interlocução com apoiadores e aliados não indígenas, incluindo pesquisadores e antropólogos como Darcy Ribeiro e Egon Schaden. Schaden, inclusive, registrou sua interlocução direta com a liderança em sua obra seminal “Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani” (1974), a qual retomarei em seguida. Marçal foi uma liderança política guarani ao longo de toda sua vida e,

³ Ver VALENTE, Rubens. Os fuzis e as flechas – histórias de sangue e resistência indígena na ditadura. São Paulo (SP): Companhia das Letras. 2017.

para os indígenas, seguiu sendo após sua morte. Para os Kaiowá e Guarani, um guerreiro não morre, ele *tomba*.

Nos anos de 2016 e 2022, ocorreram dois ataques contra retomadas Kaiowá e Guarani⁴ tiveram lugar na região sul de Mato Grosso do Sul. Até hoje, ao rememorem estes eventos, os indígenas os referenciam como “massacres”. A realidade dessas violações expõe a permanência das violências denunciadas por Marçal. O primeiro massacre ocorreu em 2016, no município de Caarapó (MS). Nele, um agrupamento de milicianos, contratados por fazendeiros, agiu contra coletivos indígenas que realizavam um movimento de retomada na área sobreposta pela Fazenda Ivu. O ataque acabou vitimando o então agente de saúde Clodiodi Aquileu Souza⁵, indígena do povo Kaiowá, que na época tinha 26 anos.

Já o segundo massacre, mais recente, ocorreu em 2022, resultado de uma operação de reintegração de posse expedida pela Secretaria de Justiça e Segurança Pública (Sejusp). O objetivo da operação era expulsar indígenas retomavam o *tekoha*⁶ *Guapoy Mirin Tujury*, na área sobreposta pela Fazenda Borda da Mata, nas adjacências da Reserva Indígena de Amambai, no município homônimo. Desta vez, a ação policial foi responsável pela execução do indígena Vitor Fernandes, de 42 anos. Cabe destacar que a referida operação de reintegração de posse contra os Kaiowá e Guarani de Guapoy aconteceu sem a expedição de uma ordem judicial correspondente, o que a torna ilegal.

Foi em Guapoy, dias após o massacre de 2022, junto a uma caravana de direitos humanos que reunia pesquisadores, movimentos sociais instituições de promoção e defesa de

⁴ Os Kaiowá e Guarani são dois povos indígenas que pertencem ao tronco linguístico tupi e estão distribuídos, majoritariamente, pela porção sul do estado de Mato Grosso do Sul até a fronteira com o Paraguai. De acordo com o Censo 2022, Mato Grosso do Sul dobrou a população de habitantes indígenas em 12 anos, somando, atualmente, 116346 mil. Do total, apenas 68.534 vivem em território demarcado. Trata-se da terceira maior população do Brasil, sendo Roraima e Amazonas os que ocupam o primeiro e segundo lugar, respectivamente. Fonte: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2025/07/mpi-prorroga-atividades-do-gabinete-de-crise-guarani-kaiowa>

⁵ Os nomes dos mortos citados neste trabalho não foram alterados pois, como o caso de Clodiodi e Vitor, são casos de repercussão pública e seus nomes constam em documentos, relatórios e perícias antropológicas que podem ser publicamente acessados;

⁶ Existe uma vasta produção bibliográfica referente a territorialidade Kaiowá e Guarani sobre a noção de *tekoha* (Brand, 1997; Meliá, 2008; Pereira, 1999, 2004; Crespe, 2015; Morais, 2016; Cariaga, 2019; Seraguza, 2022) como tradução direta da territorialidade (Gallois, 2004) dos Guarani e Kaiowá. *Tekoha* é a aglutinação dos conceitos *teko* – modo de vida e o sufixo *ha*- que indica lugar. A tradução mais comum do conceito seria “o lugar em que vivemos de acordo com os nossos costumes” (Brand, 1997). No entanto, pensando no limite da equivocação (Viveiros de Castro, 2018) dos conceitos, procuro seguir a toada de pensar o *tekoha* – e sua consequente ação de retomada – como uma forma relacional que evoca tanto o espaço físico quanto as relações com animais, guardiões, palavras e humanos que produzem as condições necessárias ao *teko porã* – o belo modo de vida. Incluo, neste texto, dentro da vasta rede de relações que este conceito enuncia, os mortos, pois é sua forma cosmopolítica que desempenha papel fundamental na produção de um *tekoha*.

direitos humanos, que ouvi Simão, liderança da *Aty Guasu*⁷ e sobrevivente do massacre de Caarapó, dizer, enquanto cobrava alguma postura dos órgãos públicos⁸ ali reunidos, que não conseguia se esquecer do episódio de 2016. Dentre as razões que mantinham viva a memória do ataque, uma se materializava em Simão. Com o dedo indicador e médio apontando para o seu peito, ele contava que, até aqueles dias seu corpo guardava uma das balas disparadas pelos milicianos. Assim, os corpos de Marçal, Clodiodi, Vitor e Simão estabelecem uma conexão que nos permite refletir sobre a incidência, a continuidade e a memória de uma guerra que, para os Kaiowá e Guarani, parece não ter fim.

Portanto, o presente trabalho é uma reflexão parcial que integra o tema que compõe minha atual pesquisa de doutorado, realizada no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGAS/UFSC). Em minha tese, pretendo descrever, etnograficamente, os episódios de morte violenta e casos de desaparecimento forçado de lideranças indígenas, pela atuação de milícias rurais, empresas de segurança privada e as formas contemporâneas de gestão e controle das forças policiais em territórios retomados pelos Kaiowá e Guarani e suas formas de resistência e ação política frente à tais formas de violência. Ao longo dessas páginas, procuro guiar as leitoras e os leitores pelos diálogos estabelecido por mim junto a pesquisadores e lideranças indígenas, tanto em Amambai quanto em Caarapó, que se conectam parcialmente a uma vasta rede de modos de gestão e burocracias estatais direcionadas ao reconhecimento dos direitos específicos dos povos indígenas do Brasil.

A partir da análise dos dois episódios de massacre mencionados acima, busco compreender as transformações em torno da morte – e dos mortos - nos mundos guarani, enquanto um acontecimento que mobiliza e promove a ação política de famílias indígenas a iniciar movimentos de retomada. Por isso, além de descrever a formas de fazer política dos mortos nos episódios de massacre já citados, este texto também contempla uma análise temporal que inscreve os corpos destes mortos nas formas Kaiowá e Guarani de narrar a longa duração do contato e a violência do que eles chamam de *karaí reko kuera*- o modo de vida dos brancos e, sobretudo, resistir a ela. Pela noção provisória do que tenho chamdo “vida cosmopolítica dos mortos”, que retomarei mais adiante, pretendo descrever parcialmente as relações de aliança

⁷ A *Aty Guasu* é a Grande Assembleia do povo Guarani e Kaiowá, de acordo com Benites (2014), a *Aty Guasu* se inicia nos anos 70, como forma de retomar os antigos tekoha. A *Aty Guasu*, portanto, não se trata da única organização dos povos Kaiowá e Guarani. Atualmente existe a Kuñangue *Aty Guasu*- Assembleia da Mulheres Guarani e Kaiowá e a Retomada *Aty Jovem* (RAJ)- assembleia da juventude Guarani e Kaiowá;

⁸ Na ocasião, estavam presentes os representantes do Ministério Público do Trabalho (MPT), Funai, universidades e movimentos sociais que se solidarizavam com os Kaiowá e Guarani;

que os Kaiowa e Guarani têm estabelecido com seus mortos como forma de lutar e reivindicar seus direitos territoriais.

Sobre a origem da morte em grupos ameríndios, Levi-Strauss (2004) pontua, em “O cru e o cozido”, o tema do “mito da origem da vida breve”. Para alguns coletivos tupi, aparece relacionada ao surgimento dos brancos e aos mitos da “má escolha”. Tais histórias trariam uma espécie de lamento pelo equívoco cometido pelos indígenas, que, na separação divina do mundo e das coisas do mundo, teriam optado pelo arco e pelas matas, enquanto o homem branco prefere os campos, as armas de fogo e os instrumentos que radicam sua letalidade (Levi Strauss, 2004). De acordo com Bruno Martins Moraes (2016), os mitos fariam, assim, consciência da alteridade e da impotência dos povos nativos frente ao aparato destruidor do modo de vida dos brancos.

Já autores clássicos da etnologia guarani como Egon Schaden (1974) e Curt Nimuendaju (1987) escreveram em suas obras sobre a relação perigosa entre os povos falantes de língua guarani e a morte e os mortos. De acordo com estes registros, os mortos eram evitados, enterrados longe dos parentes para evitar o retorno de seus *anguery*⁹. Ademais, a memória e a saudade são igualmente perigosas, pois a lembrança dos mortos pode fazer os *anguery* voltar ao mundo dos vivos e, assim, seduzi-los ao mundo dos mortos (Nimuendaju, 1987). Schaden (1974) nos conta que os Ñandeva¹⁰ relatavam a ele a memória de ter havido enterros no interior das habitações. Quando isso ocorria, eles abandonavam a casa onde o sepultamento havia sido feito e iam morar em algum outro lugar distante. Já quando Schaden estava entre os indígenas, não se observava mais tal prática.

A morte, sendo um acontecimento, requer um cuidado xamânico especial neste contexto, uma vez que o *anguery* é, de acordo com o historiador e antropólogo Kaiowá Izaque João (2011), um ser antissocial e potencialmente perigoso. Neste sentido, em termos de periculosidade, percebo uma aproximação dos *anguery* aos brancos que, conforme tenho escutado de rezadores e rezadoras, estes últimos têm o corpo *haku* – quente e pesado. Para os Kaiowá e Guarani, um corpo que está *haku* torna as pessoas potencialmente perigosas. Nesse sentido, tomando de empréstimo a noção desenvolvida por Bruce Albert e Alcida Ramos (2002), em seus trabalhos junto aos povos Yanomami, em que descrevem o ato dos indígenas

⁹ Curt Nimuendaju (1987) descreveu em “As lendas de criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocuva-Guarani” que o corpo dos Guarani possui uma estrutura tripartite, sendo elas o *ñe’e*, uma parte animal (geralmente relacionada à nomeação), e o *anguery*, a parte telúrica e perecível dos corpos e que pertence aos mortos. O *anguery*, quando em contato direto com os humanos, pode levá-los à morte. Os rezadores e rezadoras, com seu intenso repertório de cantos-reza, são capazes de controlá-los, como veremos adiante. Nesse sentido, a morte é corporificada pelo *anguery*.

¹⁰ Atualmente, os Ñandeva são majoritariamente referidos pelo nome de Guarani

de “pacificar os brancos” através da aliança. Em movimento similar, há uma prática xamânica de amansamento dos brancos feita pelos Kaiowá e Guarani com cantos e rezas que esfriem os corpos dos *karaí*. Assim, os Kaiowá e Guarani os pacificam transformando-os em aliados e parceiros. Nesse sentido, observo que a aliança dos indígenas com os *anguery* em processos de retomada se dá, de forma similar, pelo seu decorrente esfriamento pelos cantos e rezas.

Para falar sobre os encontros dos Kaiowá e Guarani com os brancos e com os *anguery* em um cenário de constantes e intensos conflitos, como é caso da região de Dourados, é importante destacar que não falo desde um ponto de vista meramente cultural e identitário. As guerras das quais falo aqui são aquilo que o antropólogo Mauro Almeida (2013) chamou de conflitos ontológicos. Tais conflitos incorrem em encontros pragmáticos (Almeida, 2013), isto é, quando se produz formas de aliança e conjunções entre ontologias distintas. Este encontro de formas de existência assimétricas envolve um conjunto de negociações e composições políticas potencialmente fatais no caso Kaiowá e Guarani. O risco descreve a escala e a dimensão dos conflitos, onde se expõe a necessidade de alianças perigosas, pois o que está em jogo nestas guerras ontológicas são, justamente, os modos de existência.

Para pensar o *continuum* que liga os massacres mencionados diante de uma realidade marcada por tais guerras ontológicas (Almeida, 2013), faço uso da noção de conexões parciais, desenvolvida pela antropóloga inglesa Marilyn Strathern (2018) como recurso metodológico que propõe que entidades e sistemas sociais não estão integralmente conectados, tampouco totalmente distintos. As mortes de Clodiodi e Vitor se distanciam no tempo e no espaço, mas se conectam parcialmente em sua forma de ação política.

Para esta análise, tomo a ideia de “vida social dos mortos” - noção desenvolvida pela antropóloga Flavia Medeiros Santos (2016)¹¹ em sua etnografia sobre os ritos institucionais de identificação de cadáveres no Instituto Médico Legal (IML) no Rio de Janeiro - em que descreve o corpo morto como capaz de produzir redes de relações mesmo que esteja sem vida. Busco, assim, aproximá-la dos casos das mortes violentas de Clodiodi e Vitor, e propor uma *vida cosmopolítica dos mortos* nos contextos Kaiowá e Guarani que, embora biologicamente sem vida, são corpos que continuam produzindo e perpetuando alianças e relações com os vivos, com as lutas e com os *tekoha*.

A opção por cosmopolítica (De La Cadena, 2014; Stengers, 20218) vai no sentido descrito por Renato Sztutman (2018) em que a “proposta cosmopolítica” de Isabelle Stengers

¹¹ Ver: Matar o morto: Uma etnografia no instituto médico legal no Rio de Janeiro (Medeiros, 2016);

de fazer o “cosmos” – os mundos não humanos – ocupar, habitar e tensionar os limites da política. Nesse sentido, o mundo dos mortos se faz em aliança com os vivos, como forma de reativar¹² (Stengers, 2017) uma relação da qual os Kaiowá e Guarani foram proibidos pela longa história do contato, a relação com o *tekoha*. Portanto, uma aliança com os mortos é uma aliança com os *anguery* e, conforme apontou o historiador e antropólogo Kaiowá Izaque João, os *anguery* são seres perigosos e *antissociais*, que marcam o fim das coisas e das pessoas.

Existe, portanto, uma continuidade das retomadas no corpo dos mortos na mesma medida em que perpetuam sua relação com o *tekoha*, em um cenário marcado por conflitos ontológicos (Almeida, 2013). De acordo com o antropólogo Bruno Martins Moraes (2016), é o corpo organiza o início e a destruição do mundo, e sua porção telúrica e perecível, ou seja, o sangue, os ossos e a carne dos mortos enterrados nos lugares em que *tombaram*, compõe o substrato dos *tekoha* atualmente. Ao mesmo tempo, é notável a transformação dessa relação com os mortos contemporaneamente, no entanto, as alianças com os *anguery* – assim como com os brancos – são perigosas e potencialmente fatais.

Os Kaiowá e Guarani, a história e a cosmopolítica dos mortos

As situações narradas no início do texto evidenciam como a realidade que se impõe cotidianamente aos *Kaiowá* e *Guarani* de Mato Grosso do Sul é marcada por um conjunto de violações e vulnerabilidades sistêmicas, que vão desde insegurança alimentar, até escassez de água e ausência de serviços básicos de assistência social. Conforme apontado pelo Relatório da Violência Contra os Povos Indígenas (CIMI, 2024)¹³, o Mato Grosso do Sul é o estado que ocupou o posto de terceiro lugar em números de assassinatos de indígenas no ano de 2024. Em que pese semelhanças e diferenças, é recorrente encontrarmos comparações e equivalências entre as experiências violentas perpetradas contra a população Kaiowá e Guarani e o genocídio do povo palestino na Faixa de Gaza¹⁴.

As conexões parciais (Strathern, 2018) que ligam os massacres mencionado estão justamente na vida social dos mortos (Medeiros, 2016). Rememorando os massacres, a retomada onde Clodiodi *tombou* se chama *Kunumi Poty Vera*, o nome de Clodiodi em Guarani,

¹² Faço uso da ideia de reativação como proposto pela filósofa das ciências Isabelle Stengers (2017) não como um simples sentido de recuperar ou repetir o passado, mas retomar práticas situadas – como o animismo, a magia e o xamanismo – que foram marginalizadas e desqualificadas pelo capitalismo moderno ocidental como forma de resistência ao imperativo da homogeneização da feitiçaria do capitalismo (Stengers, Pignarre, 2018);

¹³ Este relatório é elaborado anualmente desde 1996 pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI);

¹⁴ <https://jornalggn.com.br/noticia/os-guarani-e-kaiowa-que-lutam-na-faixa-de-gaza-do-brasil/>

ao passo que, em Amambai, o corpo de Vitor está enterrado em frente a *Oga Psy* – casa de reza, adornado por uma cruz de taquara. Em ambos os casos é possível notar a existência de uma aliança perigosa na ação política dos povos Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul. Ao passo que os mortos estabeleceram uma relação com os *tekoha*, os vivos selaram uma aliança com os mortos.

Embora distanciados no tempo e no espaço, ambos massacres produziram um excedente de violações, traumas e mortes sobre os modos de vida dos Kaiowá e Guarani e ainda são evocados pelos movimentos indígenas de Mato Grosso do Sul como forma de denunciar violência cotidiana a qual estão historicamente subsumidos. Ainda que a diferença se mostre na mobilização dos ataques, enquanto o caso de Caarapó¹⁵ aponta uma orquestração de grupos privados – milícias, contratados por fazendeiros, o caso de Amambai, revela uma ação de inteligência, organizada pelo Estado e suas forças de segurança pública. Portanto, o que se percebe é um método compartilhado de terror, traumas, violações e punições aos corpos dos indígenas. Tal perspectiva vai ao encontro do que tenho escutado dos meus interlocutores Kaiowá e Guarani de que os policiais são, atualmente, os seguranças particulares dos fazendeiros¹⁶.

Estas lutas se inscrevem em um cenário de guerra, onde produtores rurais lançam mão do recurso de violência armada, bem como táticas de tortura física e psicológica contra estes indígenas. Como exemplo, no Mato Grosso do Sul, o financiamento direto de milícias por proprietários de terra não é novidade. Em dezembro de 2013, produtores rurais vinculados à sindicatos patronais organizaram o Leilão da Resistência, que objetivava a arrecadação de dinheiro para, literalmente, armar fazendeiros contrários ao avanço dos povos indígenas em retomadas¹⁷ e, mais recentemente, em 2024, ruralistas vinculados ao Movimento Invasão

¹⁵ Em 2023 o Ministério Público Federal (MPF) denunciou 14 proprietários de terra envolvidos no caso do Massacre de Caarapó. Em 2024, a 1ª Vara da Justiça Federal de Dourados rejeitou a denúncia sob a alegação de que não haveria elementos suficientes que comprovem o envolvimento dos fazendeiros. Fonte: <https://primeirapagina.com.br/justica/massacre-de-caarapo-justica-de-ms-rejeita-denuncia-contr-14-fazendeiros/>

¹⁶ Esta perspectiva de que os policiais vêm agindo enquanto seguranças particulares dos fazendeiros foi falada por um indígena na Terra Indígena Panambi Lago Rica em 2024, por questões de segurança e para preservar a integridade dessa pessoa, ocultarei o seu nome;

¹⁷ Os sindicatos rurais envolvidos na organização do leilão da resistência foram a Acrissul (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul) e a Famasul (Federação da agricultura e pecuária de Mato Grosso do Sul), a última, em 2013, era presidida por Eduardo Riedel, atual governador do estado de Mato Grosso do Sul, filiado ao PL (Partido Liberal). Com apoio e presença de parlamentares vinculados a bancada ruralista do Congresso Nacional, os ruralistas argumentavam que o motivo do leilão era para a garantia de segurança jurídica, defesa da propriedade privada e da soberania nacional que eram, naquele momento, ameaçados pelos movimentos indígenas. Ver (Octaviano, 2024);

Zero¹⁸, realizaram um ataque a retomada feita na área da Terra Indígena Panambi Lagoa Rica, terra indígena declarada de ocupação Kaiowá e Guarani desde 2011, no município de Douradina.

Tais ações consolidam o que Mauro Almeida (2013) veio a chamar política de “apagamento ontológico”. Para estes povos indígenas, o ato de retomar um *tekoha* significa reativar (Stengers, 2017) um conjunto de relações necessárias à produção do que os Kaiowá e Guarani nomeiam como *teko porã* – o bom modo de vida, um lugar habitado por humanos, pelos *tekojara* – guardiões dos modos de vida, animais, de terra fértil para produzir suas *kokue-roças* e assim fazer corpos saudáveis e maduros – *araguyje*. No entanto, com o sistemático avanço do *karaí reko kuera* – o modo de vida dos brancos, os indígenas se vêem cada vez mais distanciados desse modo de vida belo. Com uma paisagem homogênea formada por extensas lavouras de soja, milho transgênico e cana de açúcar que conformam o cenário do cone sul de Mato Grosso do Sul. Elas são, por excelência, o regime do Um sobre o qual nos fala Pierre Clastres (2013). Isto quer dizer que, sem *tekoha*, não há *teko* – modo de vida (Meliá, 2008)

Diante desse panorama, o massacre de Guapoy, em 2022, abriu precedentes para justificar a necessidade da criação de políticas que assegurassem a proteção e os direitos específicos dos povos indígenas em Mato Grosso do Sul e que, ao mesmo tempo, pudessem mitigar a violência policial contra coletivos indígenas em retomada. Com efeito, em outubro de 2022, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)¹⁹ concedeu, após solicitação apresentada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e pela Aty Guasu, medidas cautelares em favor dos membros da comunidade Guapoy Mirin Tujury, exigindo que o Estado adotasse providências adequadas que assegurassem a integridade dos Kaiowá e Guarani, assim como segurança alimentar, fornecimento de água e saneamento básico. Além disso, em atendimento à Recomendação nº 18, de 23 de agosto de 2023, do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) criou o Gabinete de Crise Guarani

¹⁸ Em janeiro de 2024 o Movimento Invasão Zero teve relação comprovada com o assassinato da liderança Nega Pataxó, durante a retomada realizada no sul da Bahia, conforme apuração realizada pelo De Olho Ruralistas, o Invasão Zero se organiza enquanto Frente Parlamentar pela Invasão Zero, no Mato Grosso do Sul seus representantes são os deputados estaduais Zé Teixeira (PL-MS), proprietário da Fazenda Santa Claudina, que está integralmente sobreposta à Terra Indígena *Guyraroká*, atualmente sob ocupação dos *Kaiowá* e *Guarani* em Caarapó/ MS, e Pedrossian Neto (PSD-MS), herdeiro da Fazenda Petrópolis, que está no interior da Terra Indígena Cachoeirinha, em Miranda/ MS. O Invasão Zero possui relação com o ataque de Panambi Lagoa Rica, em julho 2024. Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=3PyJ9dBUPY>;

¹⁹ Resolução 50/2022 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Kaiowá, por meio da portaria GAB/GM/MPI nº 217, com o objetivo de acompanhar a situação de violação de direitos humanos em Mato Grosso do Sul.²⁰

Seus modos de existência e suas múltiplas formas de produzir relações acenam a regimes de criatividade (Wagner, 2010) que estabelecem gestos de recusa a um mundo que tenta, constantemente, os sedentarizar no interior das Reservas, forçando-os a conviver com a violência, e os homogeneizar, buscando apagar a pluridiversidade dos seus modos de vida. O que tenho chamado de vida cosmopolítica dos mortos é, além do que já foi descrito, uma aposta nos regimes de criatividade destes povos em se manter vivos. No mais, como aponta Stengers (2017; 2018), a proposição cosmopolítica é uma tentativa de descolonização permanente do pensamento. Estendo essa noção para dizer que a proposição cosmopolítica dos mortos são uma forma de recusa da violência do mundo dos brancos e uma manifestação antirracista.



Membros da Retomada *Aty Jovem* (RAJ) diante do túmulo de Vitor Fernandes após o Massacre de Guapoy. Junho de 2022. Acervo pessoal.

O corpo como prova: o massacre de *Guapoy*

Durante uma estadia na reserva indígena de Amambai, em janeiro de 2025, tive a oportunidade de retornar a retomada Guapoy Mirin Tujury, três anos após o massacre. Fui com

²⁰ Em julho de 2025 o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) prorrogou as atividades do Gabinete de Crise em 180 dias. Entre as ações do gabinete estão: 1) elaboração de seis Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) nos tekoha, que visam fortalecer a capacidade produtiva nas áreas e assegurar o direito e soberania alimentar destes povos; 2) Produção de poços artesanais nos tekoha; 3) A construção de um Laboratório Etnoterritorial junto a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) com vistas a monitorar os conflitos fundiários na região; 4) Ciclos de capacitação de mediação e conciliação de conflitos fundiários indígenas com agentes da Força Nacional de Segurança Pública;

Fonte: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2025/07/mpi-prorroga-atividades-do-gabinete-de-crise-guarani-kaiowa>

meu amigo Ezequiel Valiente, Kaiowá residente na reserva indígena de Amambai (MS), também antropólogo. Na ocasião, fomos levar algumas doações que eu havia reunido para destinar à permanência dos indígenas na retomada, localizada no entorno da Reserva indígena de Amambai.

Ao chegar à retomada, passando pelo seu acesso principal, avistamos, em frente à *Oga Psy*- casa de reza, marcado por uma cruz de taquara, o túmulo de Vitor Fernandes. Vitor fora, três anos antes, executado durante a operação de reintegração de posse que é referenciada pelos Kaiowá de Amambai como Massacre de Guapoy, como narrado anteriormente. Conforme os Kaiowá e Guarani denunciaram em vídeos e notas públicas na página do Instagram da Aty Guasu²¹ na época, os disparos que vitimaram Vitor vieram do alto de um helicóptero, pela mão de um atirador de elite. Nas paredes do galpão da antiga fazenda Borda da Mata, atual retomada Guapoy Mirin Tujury, os Kaiowá e Guarani registraram, através de gravuras, o episódio traumático, inclusive o ato de assassinato de Vitor. O mural pode ser observado ainda hoje por aquelas e aqueles que chegam na retomada.



Painel produzido por indígenas Kaiowá e Guarani após o Massacre de Guapoy, retratando a execução de Vitor Fernandes. Fonte: Relatório *Guapoy Mirin Tujury* – Amambai – MS. Subsídios para reparação coletiva. Outubro, 2024.

Meses antes de minha chegada a Amambai, em setembro de 2024, a Justiça Federal de Ponta Porã (MS) deferiu em requerimento do Ministério Público Federal (MPF) a exumação do corpo de Vitor Fernandes para a realização de perícia técnica. Não tive acesso aos

²¹ Link: <https://www.instagram.com/atyguasu/>

documentos que compuseram a perícia, mas, conforme me relataram os Kaiowá e Guaraní de Guapoy, durante o período que estive na Reserva, a perícia confirmava a execução de Vitor, provando que ele havia sido alvejado por dois tiros na região das costas e um outro na altura da nuca.

Retornando à Reserva, indo a casa de meu amigo Celuniel, antropólogo e irmão de Ezequiel, conversamos sobre a atual situação em que se encontrava a retomada. Ao longo daquele período, não ouvi mais queixas por parte dos indígenas sobre episódios de violência perpetrados pelos brancos. O contrário, no entanto, vinha ocorrendo com frequência. Fomos informados, através de notícias veiculadas pelo *Whats app* que, um rapaz, jovem, que vivia na retomada, havia sido encontrado morto. Seu corpo, achado nos arredores de Guapoy, apresentava sinais de esquartejamento, de acordo com as mensagens que Celuniel lia para mim. Perguntei aos meus amigos da aldeia a possível causa do assassinato daquele jovem homem. Meus amigos, de sua parte, assentiram que a causa da morte era de um conflito interno, provavelmente provocada por *maluko'i* – membros de gangues internas da Reserva. Aquilo era preocupante porque, segundo Celuniel, o aumento exponencial de casos como aquele que acabava de me descrever ilustrava como a violência cometida pelos brancos agora era realizada entre os próprios indígenas.

Celuniel nunca se furta em elaborar uma fina leitura sobre a relação na Reserva e os problemas de violência que dela partem. Os conflitos internos são muito impulsionados pelo avanço do que os Kaiowá e Guaraní nomeiam enquanto *karai reko kuera* – o modo de vida dos brancos, as Reservas Indígenas que foram demarcadas ainda no tempo do Serviço de Proteção aos Índios (SPI)²², cujo processo de demarcação aconteceu de forma completamente à revelia das noções indígenas de territorialidade (Gallois, 2004), figuram como o projeto de mais longa duração do contato e, desde aquele tempo, a violência interna das Reservas marca profunda relação com a violência estatal, dos de fora, do mundo dos brancos

O antropólogo australiano Michael Taussig (2007) lançou mão da noção de *espaços de morte* para analisar o terror colonial no contexto de extração e exploração da borracha na região de Putumayo, na Colômbia, e, assim, descrever como a violência cria um sistema social

²² O Serviço de Proteção aos Índios (SPI), embebidos de uma doutrina científica positivista e assimilacionista, em aliança à ocupação da Cia Matte Laranjeira e posteriormente a chegada da CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados) – a qual integrava o projeto de Getúlio Vargas de ocupação do Centro-Oeste, na região sul de Mato Grosso do Sul, criou oito Reservas com objetivo de assentar o excedente indígena, assim, entre os anos de 1915 e 1928 foram criadas as Reservas de Dourados, Amambai, Caarapó, Sassoró, Limão Verde, Taquaperi, Porto Lindo e Pirajuí (Brand, 1997; Pereira, 2004).

próprio nestes lugares, sendo capaz de promover o avesso da vida. Penso que os espaços da Reserva também podem ser pensados enquanto espaços de morte.

A literatura histórico-antropológica que se dedicou em pensar essas relações na reserva na região do cone sul de Mato Grosso do Sul (Brand, 1997; Pereira, 2004; Benites, 2014; Crespe, 2015; Moraes, 2016; Cariaga, 2019; Seraguza, 2022), descrevem o conjunto de violações às quais os Kaiowá e Guarani estão cotidianamente subsumidos. São nestes lugares em que se registram casos de violência interna – motivada pelas diminutas áreas que nunca ultrapassam os 3600 hectares destinados à habitação de 20 mil pessoas – os inúmeros casos de suicídio e o uso abusivo de álcool²³. É dessa realidade agonística da qual, por meio das ações de retomada e reivindicação dos seus antigos *tekoha* que os indígenas buscam se esquivar (Keese, 2021), promovendo uma forma de recusa à violência cotidiana nas Reservas (Seraguza, 2022). Foi durante esta tentativa de recusa que, em maio de 2022, Vitor, junto a outras famílias Kaiowá e Guarani, partiram em direção a área sobreposta pela Fazenda Borda da Mata, a qual se sobrepunha, de maneira irregular²⁴ a área que compreendia os 3600 hectares da Reserva indígena de Amambai.

Conforme o relatório da perícia antropológica citado acima, a primeira retomada aconteceu no dia 24 de maio de maio de 2022, onde cerca de 30 pessoas ocuparam a sede da fazenda por volta das 17 horas. O caseiro da propriedade, que presenciou a entrada dos indígenas, chamou a polícia. No entanto, não obteve sucesso no acionamento. Assim, seu filho foi até a cidade e voltou à área acompanhado por um camburão da Polícia Militar, que retirou o caseiro e seus pertences do local. Até então, nenhum confronto com os indígenas havia sido estabelecido. Às 22 horas daquele mesmo dia, os Kaiowá e Guarani foram informados do despejo.

No dia seguinte, 25 de maio, os indígenas notaram a aproximação de um drone sobre a área retomada. Uma hora depois, aconteceu a entrada do batalhão de choque. Os policiais formaram um “cordão humano”, lançando bombas de gás lacrimogêneo e disparando tiros de bala de borracha. A operação durou até que se concluiu a expulsão completa de todos os

²³ Ver MORETTI, Leandro L. Modos de beber em áreas indígenas no MS: aproximações entre a psicologia social e perspectivas Kaiowa e guarani. 2017. 148 f.. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.

²⁴ Em complementação à minha experiência em Guapoy, me detive a analisar documentos referentes ao caso, gentilmente cedidos pela antropóloga e defensora pública Daniele de Souza Osório (DPU-MS), e que me concedeu entrevista sobre os meandros do processo de Guapoy. Os documentos são: 1) Relatório Antropológico “Guapo’y Mirin Tujury”, Amambai/MS” e 2) Relatório “Guapo’y Mirin Tujury” subsídios para ação de reparação coletiva. Que forneceram informações precisas sobre a situação jurídica e fundiária da Fazenda Borda da Mata;

indígenas no local, de acordo com os relatórios das Defensorias Públicas Estadual e da União, ninguém ficou ferido. Depois da expulsão, os Kaiowá estabeleceram acampamento em uma região limítrofe entre a Reserva e a área da fazenda.

Após o primeiro despejo em Guapoy, houve uma tentativa de negociação entre as lideranças da retomada, em que estiveram presentes o prefeito de Amambai Edinaldo Luiz de Melo Bandeira (PSDB-MS) acompanhado pelo vereador Tato Souza (PT-MS), junto a um representante da tropa de choque e do Coordenador Técnico Local da Funai Newton Bueno. Após conversas, os Kaiowá e Guarani entregaram ao servidor do órgão indigenista uma solicitação de demarcação do *tekoha* Guapoy Mirin Tujury. Por meio de ofício, o coordenador enviou o documento à coordenação técnica de Ponta Porã (MS), os Kaiowá afirmaram que enquanto aguardavam as providências – que seriam tomadas em até 30 dias, conforme estabelecido pela Funai com os indígenas - da demarcação, permaneceriam acampados ao lado da aldeia Amambai e próximos à fazenda.

No dia 26 de maio de 2022, por volta das 14 horas, o Ministério Público Federal (MPF) acompanhado da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul (DPE-MS) e a Funai se dirigiram ao acampamento com o intuito de dar prosseguimento às negociações. Durante a conversa com as lideranças um trator começou a derrubar um milharal na área da então Fazenda Borda da Mata. De acordo com os relatórios analisados, o trator fazia movimentos que sugeriam “jogar” o maquinário para cima dos indígenas.

Passados os 30 dias do prazo para regularização de Guapoy, conforme acordado com a Funai e o MPF, os Kaiowá avançaram sobre a área da fazenda uma segunda vez, a resposta do Estado, dessa vez, foi devastadora. A Sejusp deflagrou uma operação de reintegração de posse sem ordem judicial correspondente e mobilizou um extensivo expediente policial, junto a viaturas e helicópteros que davam voos rasantes sobre a retomada.

Do conflito, além da execução de Vitor Fernandes, houve o registro de 12 pessoas feridas no local, dentre elas estava uma criança de 12 anos, que teve o seu abdômen aberto e as vísceras expostas por uma bomba de efeito moral que explodiu sob seu corpo, junto a três outras pessoas menores de idade e uma mulher idosa. Além dos violentos ataques, houve a contínua ação de criminalização destes indígenas que, feridos, procuraram ajuda médica no hospital da cidade, lá, policiais estavam à espera, prontos para identificar aqueles que vinham da retomada. As pessoas que chegavam à emergência com ferimentos causados pelas balas de borracha eram imediatamente presas.

Marcio e Vitorino: a continuidade do massacre

Em 2022, duas semanas após o massacre, viajei até Guapoy acompanhando uma delegação da Retomada *Aty Jovem* (RAJ)²⁵. Assim que cheguei, junto dos meus amigos Ezequiel e Celuniel Valiente, passamos pelo local em que Vitor estava enterrado. Atrás de sua sepultura, erguia-se imponente uma *Oga Psy* – casa de reza. Havia um pequeno grupo de indígenas empenhados na construção. Dentre eles estava Marcio Moreira, um homem Kaiowá que, quando me aproximei, martelava com força um prego a uma das madeiras que estruturava a *Oga Psy*, Marcio me fitou com os olhos e disse “com jeitinho a gente resolve tudo”.

Marcio tinha uma risada expansiva e parecia motivado em liderar o mutirão de pessoas para a construção da *Oga Psy*. Curioso, perguntei a Marcio quanto tempo levaria para a casa de reza ficar pronta. Coçando o queixo, ele me respondeu, “rapaz, do jeito que tá, acho que em três dias ela tá pronta”. Tão logo, Marcio começou a gargalhar, pensei que não seria o caso pois, como eu imaginava, uma construção como aquela certamente levaria mais do que três dias e que, no fim, Marcio brincava comigo.

No entanto, poucos dias depois, pude ver, chegando à retomada, três camionetes com suas carrocerias carregadas por grandes folhas de sapé. A construção da casa de reza avançava e o sapé seria o detalhe final para revestir a edificação. Aquilo indicava que a obra estava quase concluída. No fim, Marcio estava certo e a *Oga Psy*, tão logo, ficaria pronta. Márcio tinha razão, era possível levantar uma casa reza na em três dias.

Todavia, uma semana após o meu retorno de Guapoy, fui informado que Marcio teria recebido uma proposta para realizar um trabalho de diária fora da aldeia. Em direção ao suposto local de trabalho, Marcio foi interceptado por pistoleiros e acabou sendo brutalmente assassinado. O caso nunca foi solucionado e, até hoje, não se sabe as reais motivações do atentado. Aos Kaiowá e Guarani de Guapoy, por sua vez, não restam dúvidas de que teria sido uma morte encomendada pelos proprietários da Fazenda Borda da Mata.

Naquele momento, a justiça já teria agido em favor da retomada, uma vez atestada a ilegalidade da operação de reintegração de posse expedida pela Sejusp. Portanto, acreditava-se que a permanência e a segurança dos Kaiowá e Guarani em Guapoy estava garantida. A casa

²⁵ Na época, em 2022, iniciava a minha pesquisa de mestrado (Octaviano, 2024) em que me dediquei em descrever as formas de ação política da juventude Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul diante de sequentes tentativas de criminalização e violência pelo Estado e forças particulares. Entendendo a impossibilidade de tomar a juventude indígena como uma totalidade, optei por acompanhar os percursos e redes produzidos pela RAJ em Mato Grosso do Sul. Na ocasião, a RAJ convocou uma assembleia emergencial em Guapoy Mirin Tujury com o intuito de preter solidariedade às vítimas do massacre e também pensar estratégias de perpetuar a luta das atuais gerações.

de reza já estava praticamente acabada. Porém, após a interrupção abrupta de sua vida, Marcio não pôde ver o fim do seu extenuante trabalho.



Oga Psy em construção na retomada Guapoy Mirin Tujury. Julho de 2022. Acervo pessoal.

Em setembro de 2022, o indígena Vitorino Sanches, de 60 anos, que também vivia em Guapoy, foi assassinado em uma emboscada na cidade de Amambai, onde foi alvejado com vários disparos. Assim como no caso de Marcio, as investigações não chegaram a conclusões precisas sobre as motivações do assassinato de Vitorino, mas, de novo, os Kaiowá e Guarani não descartam a possibilidade de vinculação à resistência dos proprietários da fazenda ao processo de retomada.

No mês seguinte, na Terra Indígena Panambi Lagoa Rica, no município de Douradina (MS), durante a realização de uma assembleia da juventude Kaiowá e Guarani, conversei com uma amiga indigenista do CIMI sobre as mortes de Guapoy e ela, com um olhar preocupado, me disse “não se sabe as motivações das mortes do Vitorino e do Marcio, mas depois do ataque, qualquer coisa que acontecer contra os indígenas de Amambai, sei que terá alguma relação com o massacre de Guapoy.”



Painel produzido por indígenas *Kaiowá* e *Guarani* após o Massacre de *Guapoy*. Fonte: Relatório *Guapoy Mirin Tujury* – Amambai – MS. Subsídios para reparação coletiva. Outubro, 2024.

O renascimento e a segunda morte de *Kunumi Poty Vera*

Em 2016, oito anos antes do *Massacre de Guapoy*, o então candidato à presidência Jair Messias Bolsonaro, na época filiado ao Partido Social Cristão (PSC), desembarcou no Aeroporto Internacional de Campo Grande, na capital do estado de Mato Grosso do Sul. Na ocasião, Bolsonaro, já em campanha ao pleito de 2018, se reuniria com produtores rurais, cuja hegemonia, no estado, constitui ainda hoje uma grande representatividade na política local²⁶. As imagens do então candidato à presidência chegando à capital sul mato-grossense estão apresentadas no documentário *Yvy Reñoi: A Semente da Terra* (2016)²⁷, produzido pela Associação Cultural de Realizadores Indígenas (ASCURI).

A filmagem continua acompanhando Bolsonaro até a saída do aeroporto, onde é ovacionado por diversos apoiadores que o chamavam copiosamente de “mito”. Em determinado momento, erguido pelos ombros de seus futuros eleitores, portando um megafone, Bolsonaro profanou um breve discurso em defesa da propriedade privada e da soberania nacional, um

²⁶ Fonte: <https://midiamax.com.br/politica/2016/agenda-de-jair-bolsonaro-em-campo-grande-tera-jantar-restrito/>

²⁷ Documentário *Yvy reñoi: A Semente da terra*: <https://www.youtube.com/watch?v=rXkRg9stDmk>

aceno às principais pautas da elite agrária de Mato Grosso do Sul. Ele enfatizava como o seu futuro governo, a partir do momento de sua posse, lidaria com a questão agrária e indígena no Brasil. Assim, pausadamente, Bolsonaro disse direcionando ao Movimento dos Trabalhadores Sem-terra (MST): “É meu compromisso aqui onde o agronegócio fala alto! A partir de 2019, o cartão de visita do produtor rural para o MST vai ser um cartucho de 764!”

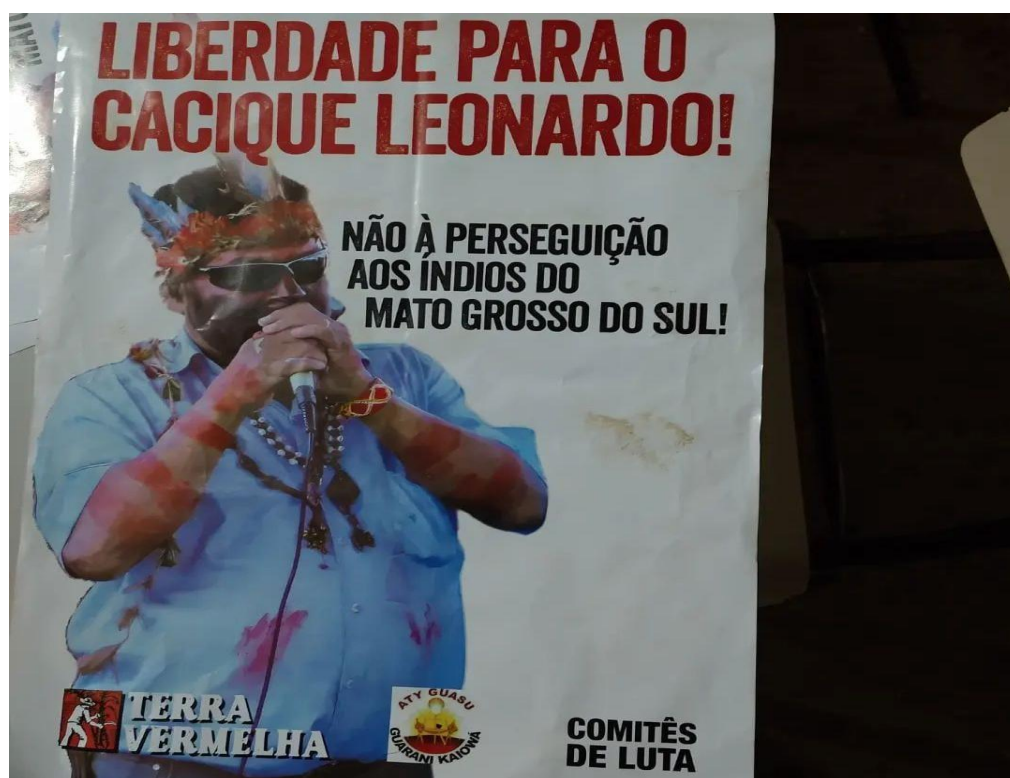
Cinco dias após a emissão dessas palavras, no município de Caarapó (MS), acontece o episódio que é lembrado pelos Kaiowá e Guaraní como o “massacre de Caarapó”. Nele, produtores rurais organizaram e financiaram milícias para atacar, com armas de munição letal, o coletivo de indígenas que retomavam a área sobreposta pela Fazenda Ivu, na proximidade da aldeia Tey’i Kue. A ação das milícias resultou na morte do indígena Clodiodi Aquileu Souza, que na época tinha 26 anos. Além disso, vários outros indígenas foram feridos, dentre eles uma criança. Pouco tempo depois de seu assassinato, a retomada passou a carregar o nome de *Kunumi Poty Vera*, o nome guaraní de Clodiodi. Retomando o documentário *Yvy Reñoi: A Semente da Terra* (2016), em determinado momento do filme, uma liderança diz efusivamente: “Essa é a decisão do meu povo! Nós vamos trazer o corpo e fazer o velório nesta fazenda!” em referência ao corpo *tombado* de Clodiodi.

Além da morte de Clodiodi, Leonardo Souza - indígena Kaiowá e pai de Clodiodi - foi preso em 2018, sob acusação de manter policiais reféns durante o processo de retomada da Fazenda Ivu, em 2016. Além disso, Leonardo foi também acusado por tráfico de drogas e por dirigir um veículo sob influência de álcool. Sobre o assunto, conversei com meu amigo Jânio Ávalo, liderança e conselheiro da RAJ. Para Jânio, não restavam dúvidas de que se tratava de uma prisão política e, também, uma forma de punição aos Kaiowá e Guaraní de Caarapó pela retomada.

Em análise ao processo de Leonardo, os antropólogos Simone Becker e Felipe Mattos Johnson (2023) apresentam a repercussão de sua prisão. O caso chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF), onde o homem foi condenado. Entre os votos à manutenção do cárcere, o ministro Alexandre de Moraes argumentou que Leonardo era um indígena “integrado” aos valores da sociedade nacional e que, portanto, não poderia ser julgado de acordo com suas especificidades culturais.

O voto de Moraes apresenta elementos de uma teoria de assimilação há muito tempo superada pelo debate antropológico. O direito é a forma ritual da guerra, como diria Michel Foucault (2012). O texto constitucional ao reconhecer os povos indígenas como sujeitos de

direito²⁸, os afasta de um ideal assimilacionista e de aculturação. O discurso tutelar do Estado que reconhecia os povos indígenas como incapazes e que deveriam, portanto, ser tutelados pelos órgãos indigenistas (Souza Lima, 1995) segue em plena reatualização por alguns setores da magistratura. A jurista Carolina Santana (2023), em sua tese de doutorado sobre o Marco Temporal, aponta para a existência, no Supremo, de um processo *desconstituente* dos direitos indígenas no Brasil.



Banner reivindicando a liberdade de Leonardo Souza, apresentado durante Assembleia da RAJ, na aldeia *Tey'i Kue*, em Caarapó/MS. Julho de 2023. Acervo pessoal.

A retomada *Kunumi Poty Vera* faz parte dos territórios que compõem o documento de demarcação das regiões Dourados Amambaieguá 1, conforme o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) de 2007 celebrado pelo Ministério Público Federal (MPF) em acordo com a *Aty Guasu* e com a Funai, o qual estabeleceu uma série de obrigações ao órgão indigenista que deveria resultar na entrega de relatórios de identificação e delimitação de terras indígenas no estado. Os relatórios tinham o prazo de entrega estabelecido em até 30 de junho de 2009 e a

²⁸ O texto constitucional, em seus artigos 231 e 232, reconhece os direitos de ocupação e permanência dos direitos indígenas. Em que, no artigo 231 determina que “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. E o artigo 232 “Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo”;

Funai deveria ter encaminhado ao Ministério da Justiça os procedimentos de demarcação das terras indígenas até 19 de abril de 2010²⁹, no entanto, até os dias hoje, os relatórios foram sequer produzidos³⁰.

As regiões que o TAC compreende estão inscritas nas bacias do Rio Dourados, ao longo dos municípios de Caarapó, Laguna, Amambai e Naviraí. Um ano após o massacre que vitimou Clodiodi, em fevereiro de 2017, a Justiça Federal suspendeu o processo de demarcação de Dourados Amambaipaguá 1. As lideranças da região dizem que a referida decisão judicial assassinou Clodiodi mais uma vez³¹.

Oito anos após o massacre de Caarapó, a Justiça Federal retomou o julgamento do atentado, tornando réus os cinco fazendeiros responsáveis por organizar o ataque que vitimou Clodiodi e que deixou vários indígenas feridos. O número de réus era pouco, visto que, a denúncia realizada pelo Ministério Público Federal (MPF) registrava o envolvimento de 14 fazendeiros. Em 2024, a 1ª Vara da Justiça Federal de Dourados rejeitou a denúncia feita pelo MPF, sob alegação de ausência de elementos que relacionassem os proprietários rurais ao ataque de Caarapó³².

À guisa de conclusão: os mortos que nunca se calam

Em 2022, durante uma disciplina de Etnologia Indígena ministrada pelo antropólogo e professor Levi Marques Pereira na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), ouvi que “não se via muito rezador como se vê hoje, isso mudou quando o Marçal foi assassinado”. Tomando para a reflexão o comentário feito pelo professor e pensando na memória de Marçal e a repercussão de seu assassinato, como descrito na introdução, me chamou a atenção a constatação de que os rezadores teriam se tornado mais públicos diante dessa luta política provocada pelo referido acontecimento.

Baseado no que venho chamando, provisoriamente, de *vida cosmopolítica dos mortos*, a ação política Kaiowá e Guarani é mediada pelo xamanismo (Pimentel, 2012; Cariaga, 2019),

²⁹ Fonte: <https://cimi.org.br/2017/11/tac-das-demarcacoes-uma-decada-de-descumprimento/>

³⁰ . Em adição, o TAC prevê multa à União em caso de atraso na execução do termo em R\$ 1 mil por dia de atraso, atualmente, a multa estaria na casa dos R\$ 3,9 milhões Fonte: <https://racismoambiental.net.br/2022/12/01/tac-das-demarcacoes-funai-devera-pagar-multa-diaria-por-descumprimento-de-compromissos-firmados-em-2007/>

³¹ Fonte: <https://cimi.org.br/2017/06/meu-glorioso-clodiodi-um-ano-do-massacre-de-caarapo-demarcacao-foi-anulada-e-fazendeiros-soltos/>

³² Fonte: <https://primeirapagina.com.br/justica/massacre-de-caarapo-justica-de-ms-rejeita-denuncia-contr-14-fazendeiros/>

na figura dos *ñanderu* e *ñandesy* - rezadores³³, cujo repertório dos *ñembo'e*- cantos-reza, acionam seres não humanos, como os *tekojara* – os guardiões do modo de ser, que habitam o *tekoha* junto aos humanos. É, portanto, pela reza que se anima as relações entre humanos e não humanos nos mundos Kaiowá e Guarani. Durante as muitas assembleias e manifestações públicas que os Kaiowá e Guarani costumam realizar, pude notar como é comum ver os rezadores entoando seus cantos, geralmente dispostos a frente dos indígenas e apoiadores, ao início e ao fim das falas.

Suponho que o posicionamento de rezadores tomando a frente não é algo tão recente, como sugere a fala do professor Levi. Acredito, no entanto, que a morte de Marçal gerou um conjunto de ações e que, até os dias de hoje, sua memória é evocada em diversos espaços de reivindicação, tanto no *tekoha* em que foi assassinado, quanto nas assembleias organizadas pela *Aty Guasu* e até mesmo em discursos públicos de lideranças em instituições do governo. O que me parece interessante é que, ainda em vida, Marçal figurava uma posição de liderança pública. Ao contrário de Marçal os casos de Vitor e Clodiodi, podemos notar a constituição de lideranças Kaiowá *post mortem*, ou seja, que não ocupavam tais papéis em vida. O movimento de tornar estas pessoas lideranças está implicado na ação daquelas e daqueles que seguem, em vida, lutando pelos mesmos valores e ideais do que aqueles que foram assassinados fazendo frente às injustiças. O corpo de Vitor está enterrado logo na entrada da retomada em que *tombou*. No mesmo gesto, o nome de Clodiodi, em Guarani, *Kunumi Poty Vera*, rebatizou a retomada onde foi assassinado.

Os corpos de Marçal, Clodiodi e Vitor parecem se conectar parcialmente (Strathern, 2018) Isso quer dizer, seus corpos em luta operaram, simultaneamente, como prova de que os massacres aconteceram e que, em termos de reparação e responsabilização, a justiça tarda em reconhecer tais violações. Embora distanciados no tempo e no espaço, ambos massacres produziram um excedente de violações, traumas e mortes sobre os modos de vida dos Kaiowá e Guarani, e ainda são evocados pelos movimentos indígenas de Mato Grosso do Sul como forma de denunciar a violência a qual os indígenas são historicamente subsumidos.

Parece existir uma diferença na mobilização dos ataques. O caso de Caarapó aponta para uma orquestração de grupos privados, isto é, milícias contratadas por fazendeiros; ao passo que o caso de Amambai revela uma ação de inteligência organizada pelo Estado e suas forças

³³ Ñanderu e Ñandesy são, respectivamente, os xamãs homem e mulher. Os termos derivam da aglutinação das palavras *ñande* – “nosso” enquanto *ru* – pai e *sy*- mãe. Desse modo, em uma tradução grosseira *ñanderu* e *ñandesy* são o “nosso pai” e “nossa mãe”.

de segurança pública. Ainda que a diferença se marque entre os agentes – seguranças privados em 2016 e policiais em 2022 - de onde partiram tais violações. No entanto o que se percebe é um método compartilhado de produção de terror, traumas, violações e punições aos corpos dos indígenas. Tal perspectiva vai ao encontro do que tenho escutado de meus interlocutores Kaiowá e Guaraní de que os policiais são, atualmente, os seguranças particulares dos fazendeiros³⁴.

A partir dos dois casos violentos apresentados, busquei compreender sobre como o *karai reko kuera* – o modo de vida dos brancos, em suas mais diversas frentes e instituições provocaram transformações nos corpos Kaiowá e Guaraní em Mato Grosso do Sul, principalmente em relação ao tratamento de seus mortos. No caso de Caarapó, isso se deu pela urdidura de uma milícia privada contratada por fazendeiros. Em Amambai, no caso de Guapoy, pelo ilegalismo das operações de reintegração de posse das forças segurança pública.

Retomando os corpos de Marçal, Vitor, Clodiodi, Simão, este último ainda vivo, também guarda em seu corpo a marca da violência, a prova de que o massacre de fato aconteceu, em que pese, uma quase morte. O processo de exumação de Vitor, como citado na sessão de Guapoy, segue um direcionamento similar, onde, o seu corpo morto igualmente se tornou uma prova de um despejo ilegal e da brutalidade policial. Da mesma forma, a memória dos mortos junto aos corpos vivos marcados pelas balas, são provas de uma violência colonial que se estende pela história dos Kaiowá e Guaraní em Mato Grosso do Sul, um estado de exceção construído para cercar os modos de existência indígenas e os levar a viver, perpetuamente, nas adjacências da morte (Moraes, 2016).

Em janeiro de 2025, na casa do meu amigo Celuniel na Reserva indígena de Amambai, pensávamos juntos sobre os rumos de Guapoy Mirin Tujury três anos após o massacre. Naquele momento, Dalton, filho de Celuniel, apareceu brincando na varanda da casa. Dalton tinha apenas três anos, coincidentemente a mesma idade da retomada de Amambai. Enquanto observava o menino brincar continuei refletindo com o meu amigo. Perguntei então a Celuniel sobre como ele percebia essa relação com os mortos e o convívio com os *anguery* na Reserva. Após refletir, ele me explicou que na retomada tem uma presença mais visível de rezadores, e que o repertório xamânico deles é capaz de manter os *anguery* controlados. Isso se dá em oposição à Reserva, que, por sua vez, é marcada por uma escassez de rezadores, o que torna a

³⁴ Esta perspectiva de que os policiais vêm agindo enquanto seguranças particulares dos fazendeiros foi falada por um indígena na Terra Indígena Panambi Lago Rica em 2024, por questões de segurança e para preservar a integridade dessa pessoa, ocultarei o seu nome;

relação com os *anguery* mais difícil e insustentável. Nesse sentido, concordo que Celuniel que foi peremptório em afirmar que “Reserva não é *tekoha*”. Arrisco ainda dizer que, à medida em que as Reservas foram constituídas enquanto espaços da morte (Taussig, 1993) os *tekoha* tem sido o espaço dos mortos, da memória e da reivindicação.

Visto as profundas transformações que os *Kaiowá* e *Guarani* passaram nesta relação agonística com os mortos, suas formas de aliança e seus encontros pragmáticos (Almeida, 2013), tenho visto a forma como esta aliança é feita neste contexto de luta e retomada. São os mortos que tem iniciado o movimento. Marçal tombou em 1983, mas sua memória mobiliza gerações atuais para permanecer em luta por seus direitos. Vitor e Clodiodi tombaram e seus corpos foram enterrados em suas respectivas retomadas como demanda pela permanência na terra, no *tekoha*, este lugar povoado por relações e palavras que animam os corpos e a existência destes povos. Trata-se, no final das contas, de uma aliança com os mortos para uma política indígena capaz de perpetuar a vida.

Referências bibliográficas

- ALBERT, Bruce. Cosmologias do contato no Norte-Amazônico. In: RAMOS, Alcida R. e ALBERT, Bruce (org). Pacificando o Branco. Cosmologias do contato Norte-Amazônico. São Paulo: Editora Unesp, p. 9-24, 2002a
- ALMEIDA, Mauro W. B. 2013b. “Caipora e outros conflitos ontológicos”. R@U DOI: <https://doi.org/10.52426/rau.v5i1.85>— Revista de Antropologia da UFSCar, 5(1), jan. jun., p.7.
- BENITES, Eliel. A Busca do Teko Araguayje (jeito sagrado de ser) nas retomadas territoriais Guarani e Kaiowá. Tese de doutorado em geografia. Dourados, MS, UFGD, 2021
- BENITES, Eliel. Tekoha Ñeropu’ã: aldeia que se levanta. Revista NERA, v. 23, n. 52, p. 19-38, 2020.
- BENITES, Tonico. Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando): o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha. Tese de doutorado, Museu Nacional, UFRJ, 2014.
- BRAND, A. J. O Impacto da Perda da Terra sobre a Tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra. Tese de Doutorado em História, Porto Alegre: PUC/RS, 1997, 378p.
- CARIAGA, Diógenes E. As transformações no modo de ser criança entre os Kaiowa em Te’ýikue Dissertação de Mestrado em História (História Indígena),PPGH/UFGD, Dourados, 2012.
- CARIAGA, Diógenes Egídio. “Relações e Diferenças: a ação política kaiowa e suas partes”. Tese de doutorado em antropologia social. UFSC, 2019.

CARIAGA, Diógenes Egídio. (2024). Lições sobre a recusa na Antropologia: Mauro Almeida e a tarefa da descolonização permanente do pensamento an(tropo)lógico. *Cadernos De Campo* (São Paulo - 1991), 33(1), e214672. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v32i2pe214672>

CLASTRES, Pierre, *Sociedade contra o Estado. Pesquisas de Antropologia Política*. Cosac Naify, 2013.

CLASTRES, Pierre. 2004. *Arqueologia da violência — pesquisas em antropologia política*. São Paulo: Cosac& Naify.

DE LA CADENA, Marisol. *Cosmopolíticas Indígenas nos Andes e na Amazônia: como políticas indígenas afetam a política?* 2014. *Interethnic@ - Revista Estudos em Relações Interétnicas*. Vol. 18, N.1

ELOY AMADO, Luiz Henrique. *Vukápanavo: O Despertar do Povo Terena para os seus direitos*. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. RJ: NAU Editora, 2012.

GALLOIS, Dominique. *Terras Ocupadas? Territórios? Territorialidades?* 2004 In: RICARDO, Fany e MACEDO, Valéria (org). *Terras Indígenas & Unidades de Conservação —o desafio da sobreposição*. São Paulo: Instituto Socioambiental.

JOÃO, Izaque. *Jakaira Reko Nheypyrũ Marangatu Mboharéi: origem e fundamentos do canto ritual Jerosy Puku entre os Kaiowa de Panambi, Panambizinho e Sucuri'y*, MS. 2011. 119 f.. Dissertação (Mestrado em História), Programa de PósGraduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados.

JOHNSON, Felipe Mattos e BECKER, Simone. "Quando cada caso não é um caso": análise discursiva-etnográfica das violências estruturais estatais disparadas pela criminalização das existências e resistências Kaiowá e Guarani no sul de Mato Grosso do Sul. 2023. In: *Rev. Direito e Práx.*, Rio de Janeiro, Vol.14, N.02, 2023, p.1338-1370.

KEESE DOS SANTOS, Lucas. *A esquiva do xondaro: movimento e ação política entre os Guarani Mbya*. São Paulo (SP): Editora Elefante. 2021

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O cru e o cozido* (Mitológicas vol. 1). São Paulo: Cosac &Naify, 2006a , 435 p.

LIMA, A.C.S. *Um grande cerco de paz. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.

MEDEIROS, Flavia. *“Matar o morto”: uma etnografia do Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro*. Niterói: EdUFF, 2016a.

- MELIÀ, Bartomeu. 2008. Los Pai-Taviterã: etnografía guaraní del Paraguay contemporáneo. 2ª edición corregida y aumentada. Asunción: CEADUC-CEPAG
- MORAIS, Bruno Martins. Do corpo ao pó: crônicas da territorialidade Kaiowá e Guarani nas adjacências da morte. Dissertação de Mestrado em Antropologia, USP, 2016.
- MORETTI, Leandro L. Modos de beber em áreas indígenas no MS: aproximações entre a psicologia social e perspectivas Kaiowa e guarani. 2017. 148 f.. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.
- NIMUENDAJU, Curt. 1987. As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani. São Paulo: HUCITEC/ Editora da Universidade de São Paulo.
- OCTAVIANO, A. P. 2023. “Ara Piraguay: o nome e o tempo da violência nas cosmologias do contato Kaiowá e Guarani”. Revista Ñanduty, 11(17), p. 37–51.
- OCTAVIANO, A. P. 2024. “O Canto que Esfria o Calor das Balas”: A Ação Política da Juventude Kaiowá e Guarani frente aos Processos de Criminalização e Violência do Estado. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Universidade Federal da Grande Dourados.
- PIMENTEL, Spensy K. Elementos para uma teoria política kaiowá e guarani. Tese de Doutorado, PPGAS/USP, São Paulo, 2012.
- PEREIRA, Levi Marques. Parentesco e organização social Kaiowá. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS/UNICAMP, Campinas, 1999.
- PEREIRA, Levi Marques. Imagens Kaiowá do Sistema Social e seu Entorno. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade Federal de São Paulo, 2004.
- PIERRI, Daniel C. O perecível e o imperecível: reflexões guarani mbyá sobre a existência. 2018. São Paulo: Editora Elefante.
- SANTANA, Carolina R. O Xamã e o Guardião: terras indígenas e desconstituição e direitos no Brasil. 2023. 226 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília (UnB), Brasília - DF, 2023.
- SCHADEN, Egon. 1974. Aspectos fundamentais da cultura Guaraní. EDUPS: Editora da Universidade de São Paulo, SP.
- SERAGUZA, Lauriene. As Donas do Fogo: política e parentesco nos mundos guarani. Tese (Doutorado em Antropologia) Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, p. 347, 2022.
- STENGERS, Isabelle. Reativar o animismo. Caderno de Leituras, nº 62. Belo Horizonte: Chão de Feira, 2017, 15 f. (PINHEIRO, Jamille. D [tradução]).
- STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 69, p. 442-464, abr. 2018.

STENGERS, Isabelle; PIGNARRE, Phillipe. 2018. *La Brujeria Capitalista*. Buenos Aires: Hekht.

TAUSSIG, Michael. *Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem: um estudo sobre o terror e a cura*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993

VALENTE, Rubens. *Os fuzis e as flechas – histórias de sangue e resistência indígena na ditadura*. São Paulo (SP): Companhia das Letras. 2017.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2018. “A antropologia perspectiva e o método da equivocação controlada”. Tradução de Marcelo Giacomazzi Camargo e Rodrigo Amaro. In: *Aceno—Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 5(10), p.247-264, ago./dez

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2010a, 253 p.